

ESCOLA DE
HUMANIDADES

EDUCAÇÃO

Educação, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-13, jan-dez. 2024
e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2024.1.46320>

DOSSIÊ ENSINAR E APRENDER EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO: DO LOCAL AO INTERNACIONAL

IFSC-Urupema/SC e o desenvolvimento territorial: uma análise de sua atuação educacional*IFSC-Urupema/SC and territorial development: an analysis of its educational action*
*Ifsc-urupema (sc) y el desarrollo territorial: un análisis de su desempeño educativo***Thais Esteves Ramos****Fontana¹**orcid.org/0000-0001-9495-1437thaisfontana@gmail.com**Josilaine Antunes****Pereira²**orcid.org/0000-0002-9990-0919antunesjo@uniplaclages.edu.br**Recebido em:** 29 mai. 2024.**Aprovado em:** 19 set. 2024.**Publicado em:** 10 out. 2024.

Resumo: Este artigo teve como objetivo compreender as contribuições das ações pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, câmpus do município de Urupema, Estado de Santa Catarina, (IFSC-Urupema), no que tange ao desenvolvimento territorial. Para atingir este objetivo, buscou-se identificar as percepções da gestão do Instituto, do poder público e da sociedade civil organizada referenciados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Foi utilizada a técnica da entrevista semiestruturada no diálogo com os representantes do IFSC, do poder público e da sociedade civil organizada. A pesquisa revelou discursos e práticas contraditórias no que tange à concepção de educação transformadora e emancipadora, à valorização dos arranjos produtivos locais e ao papel do IFSC-Urupema, contribuindo para o desenvolvimento territorial. Outrossim, afirmou a relevância da sua atuação educacional expressa no ensino, em atividades de pesquisa e extensão, além do acolhimento, inclusão e cooperação vivenciados pela população local.

Palavras-chave: IFSC-Urupema. Atuação Educacional. Desenvolvimento Territorial.

Abstract: This article aimed to understand the contributions of the pedagogical actions of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina, Urupema campus, State of Santa Catarina, (IFSC-Urupema), regarding territorial development. To achieve this objective, we sought to identify the perceptions of the Institute's management, public authorities, and organized civil society concerning teaching, research, and extension activities. The semi-structured interview technique was used in the dialogue with representatives of IFSC, public authorities, and organized civil society. The research revealed contradictory discourses and practices regarding the concept of transformative and emancipatory education, valorization of local productive arrangements, and the role of IFSC-Urupema in contributing to territorial development. Furthermore, it emphasized the relevance of its educational performance expressed in teaching, research, and extension activities, in addition to the welcome, inclusion, and cooperation experienced by the local population.

Keywords: IFSC-Urupema. Educational Performance. Territorial Development.

Resumen: El objetivo de este artículo fue comprender las contribuciones de las actividades de enseñanza del Instituto Federal de Enseñanza Científica y Tecnológica de Santa Catarina, campus de Urupema, en el estado de Santa Catarina (IFSC-Urupema), en relación con el desarrollo territorial. Para alcanzar este objetivo, se buscó identificar las percepciones de la dirección del instituto, del poder público y de la sociedad civil organizada en relación con las actividades de enseñanza, investigación y extensión. Se utilizó la técnica de la entrevista semiestructurada en diálogo con representantes del IFSC, de los poderes públicos y de la sociedad civil organizada. La investigación reveló discursos y prácticas contradictorios en relación con el concepto de educación transformadora y emancipadora, la valorización de los arreglos productivos locales y el papel del IFSC-Urupema en la contribución al desarrollo territorial. Además, afirmó la relevancia de sus actividades educativas expresadas en actividades

Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)¹ Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).² Secretaria de Educação do Município de Lages/SC.

de enseñanza, investigación y extensión, así como la acogida, inclusión y cooperación experimentadas por la población local.

Palabras clave: IFSC-Urupema. Desempeño Educativo. Desarrollo territorial.

Introdução

Este artigo apresenta, como eixo temático, a relação entre Educação Profissional, Território e Desenvolvimento de Base Local. Desta forma, o território, como uma categoria de análise do espaço social, é compreendido ao longo deste texto segundo a concepção de Haesbaert (2004), que menciona a relação do território com o capitalismo, estabelecido na dialética de classes sociais e modo de produção presentes no espaço.

o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder estatal e visto como produto da apropriação feita através do que se constitui a identidade social sobre o espaço geográfico e ao mesmo tempo se configura num produto espacial dialético entre classes sociais e da relação capital-trabalho (Haesbaert, 2004, p. 18).

Assim, essa concepção é fundamental para vincular as dimensões propostas neste estudo, bem como a atuação educacional da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFECT), que, neste trabalho, enfoca o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia instalado em Urupema, este município sendo a delimitação de território desta pesquisa.

Tratando-se, então, da Educação Profissional e Tecnológica, é importante destacar que esta passou por diversas reformas, a fim de se adequar às exigências estabelecidas em cada momento e em cada contexto histórico. Perpassando estes contextos, nota-se um fator comum, que é a Educação como estratégia de desenvolvimento do território local e, em extensão, um território maior.

Cabe observar o velamento das políticas educacionais, subservientes à lógica capitalista de cada época. E, como resultado de sua postura

servil, o Estado, no intuito de compartilhar os anseios desse sistema e destinar os filhos dos proletários a serviço destes, criou uma política nacional no campo do ensino de ofícios.

A implantação dos Institutos Federais está vinculada às políticas do governo, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, com um viés enfático não somente na formação para o trabalho, mas, especialmente, garantia da formação integral do indivíduo, ou seja, o desenvolvimento nas diversas dimensões: social, cultural, intelectual, física e emocional. Assim, "constituindo-se um espaço fundamental para a construção de novas propostas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local e regional" (Macedo, 2014, p. 18).

Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo compreender as contribuições das ações pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no que tange ao desenvolvimento territorial. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, classificada quanto aos seus procedimentos em documental e se configura em um estudo de caso. Os procedimentos específicos residiram na entrevista semiestruturada e foram entrevistados dois gestores do IFSC-Urupema (G1 e G2). Três representantes da sociedade civil organizada (S1, S2 e S3) e, ainda, os Secretários Municipais da Educação e da Agricultura na atual gestão do município (GM1 e GM2), tornando importante a consulta desses sujeitos para se obter respostas aos questionamentos levantados e aos objetivos propostos pelo estudo.

Para tanto, delimitou-se a análise a um câmpus³ inserido num município de pequeno porte no interior do sul do Brasil, cujo território é essencialmente agrícola, sendo a Agropecuária o setor responsável pela maior geração de riqueza, enquanto a estrutura fundiária é concentrada,

³ A Diretoria de Comunicação reconhece a legitimidade da nova recomendação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Ofício Circular n. 72/2015 e respeita a autonomia de cada instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para optar pela melhor forma de uso. No entanto, **mantém a decisão institucional de utilizar a palavra "câmpus" em português**, com acento circunflexo na primeira sílaba e grafada da mesma forma tanto para o singular quanto para o plural. (Diretoria de Comunicação. IFSC mantém grafia da palavra câmpus. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por thais.fontana@ifsc.edu.br, em 28 agosto 2015).

sendo a agricultura familiar evidente.

O presente texto discorre sobre as concepções de desenvolvimento, território e educação, reflete sobre a relação entre educação profissional e o desenvolvimento territorial, analisa as percepções dos entrevistados que foram tomadas como resultado e finaliza com algumas considerações acerca desses resultados.

Desenvolvimento e território

O termo desenvolvimento é polissêmico e enuncia uma variedade de perspectivas e ideologias que estão implícitas ao seu entendimento, conforme a abordagem teórico-metodológica que o define de acordo com suas particularidades e singularidades. No entanto, o conceito paradigmático que apresenta é ordinário, está sempre ligado à concepção de progresso, crescimento e evolução, numa perspectiva de processo de transformação.

Trazemos a colaboração de Vieira e Santos (2012, p. 348), que enunciam desenvolvimento, em termos conceituais, de acordo com nossa abordagem, sendo

a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade (...).

Diante disso, é possível perceber que os autores partilham de um pensamento evidenciado pela concepção de desenvolvimento relacionado às diversas dimensões sociais, políticas, econômicas de um determinado contexto social-histórico da sociedade. E, tratando da atual estrutura política, onde o modelo capitalista é vigente, o propósito conceitual que pode emergir para desenvolvimento é a reafirmação de um sistema social, político e econômico, articulado pelos interesses desta política dominante.

Pimenta (2007, p. 11) afirma que "todos os actos sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global de organização

capitalista". Assim, falar de desenvolvimento no mundo globalizado é relacioná-lo a um sistema que age de forma brutal, balizando a desigualdade social em prol do desenvolvimento.

Neste contexto, o Estado brasileiro, sob o influxo das estruturas internacionais, buscou implementar políticas sociais balizadas a partir dos territórios e, para isso, buscou experiências de outros países, "para atender à lógica de inserção nacional no mundo globalizado, (...) exaltando uma lógica de potencializar o desenvolvimento local para a sua integração à economia global" (Silva, 2017, p. 62).

Destarte, torna-se necessária a compreensão de território para um melhor entendimento da nova concepção dos processos de desenvolvimento com enfoque territorial. Assim, Souza (2012, pp. 78-79) afirma que:

O território, (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (...) o verdadeiro Leitmotiv⁴ é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?

Diante desse questionamento, Harvey (2005) afirma que o território tem sido dominado historicamente pelas dinâmicas do capital. O autor teoriza que o domínio da dimensão espacial é importante para os processos de acumular, concentrar, centralizar e superar as próprias crises do capital, resultando na geração das desigualdades.

Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização, etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar (Harvey, 2005, p. 144).

⁴ Em tradução livre, "tema principal".

Assim, percebe-se que o território é dominado ou influenciado pelo modo de produção vigente e, para Silva (2017, p. 60), pelas mudanças sociais "influenciadas pelo capitalismo monopolista, imperialismo, desenvolvimento tecnológico, financeirização da economia e globalização permitem que muitas decisões e transações sejam executadas para além dos limites do lugar". A autora complementa que a ideologia capitalista visualiza o território como potencializador do desenvolvimento, pois consegue agregar os recursos existentes, tais como a comunidade e suas potências naturais.

Desenvolvimento e Educação

A crise estrutural do capital, das últimas décadas (Mészáros, 2008), precisou buscar estratégias para prosseguir a contenção das massas, pois "o crescimento dos índices de pobreza nos países periféricos e a existência de uma ideologia contra-hegemônica como alternativa de sociedade ameaçavam o sistema capitalista" (Silva, 2015, p. 103). Diante dessa fragilidade, a educação assume missão salvacionista no discurso dominante de que seria ela, a educação, o fator decisivo para o desenvolvimento e competitividade no capitalismo global. "No sentido de fazer frente à crise, torna-se imprescindível ao capital, dentre outras medidas, buscar arrego numa educação que, ainda mais ferozmente, opere a negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões" (Gomes, 2012, p. 190).

Nesse contexto, as organizações internacionais como o Banco Mundial, a burguesia nacional e o Estado unem forças a fim de ditarem regras para aproximar as políticas educacionais às necessidades reprodutivas do capital, com o discurso de que um novo modelo de formação supostamente educará "o cidadão para incluí-lo nas 'benesses' do mundo globalizado" (Gomes, 2012, p. 188).

Destarte, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2009, p. 7,

grifos dos autores), ao analisarem esse contexto, afirmam:

Trata-se de produzir e reproduzir uma força de trabalho adequada às demandas dos processos de desenvolvimento e afirmar a educação e formação profissional como uma espécie de *galinha dos ovos de ouro* para tirar os países periféricos e semiperiféricos de sua situação a içá-los ao nível dos países centrais. Do mesmo modo, acalenta a promessa da mobilidade social mediante a busca de empregos de maiores salários.

Essa percepção está devidamente apoiada no movimento do capitalismo, que transforma ciência e tecnologia em forças produtivas, a fim de garantir sua sobrevivência rumo ao crescimento e a "manter a organicidade latente do trabalho produtivo" (Jantsch & Azevedo, 2011, p. 20). Para tanto, sustenta-se fazendo concessões em torno da tão idealizada ascensão da classe trabalhadora.

Assim, almejando um desenvolvimento imediato, o capital se apropria cada vez mais da ciência e, evidentemente, da tecnologia como vetores de sua finalidade. Para que tenham o domínio, necessitam do trabalho científico-tecnologicamente qualificado, exigindo do trabalhador, o que historicamente foi tratado como duelo entre trabalho intelectual e manual.

Isto posto, os discursos eloquentes de uma educação para além do capital se tornam evidentes quando desvelamos as entrelinhas voltadas aos interesses do mercado e a infiel concepção de politecnicidade e omnilateralidade⁵, em detrimento dos verdadeiros "conceitos de politecnicidade e omnilateralidade de forma articulada, visando uma formação densa e ampliada e que se ponha para além dos critérios do mercado sob a sociabilidade do capital" (Jantsch & Azevedo, 2011, p. 28).

A politecnicidade enquanto unidade entre teoria e prática, resultante da superação da divisão entre capital e trabalho fica historicamente inviabilizada a partir das bases materiais de produção do capitalismo, em particular neste regime de acumulação. A unitariedade, portanto, inscreve-se no campo da utopia, como

⁵ Omnilateral é "um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa 'todos os lados ou dimensões'" (Frigotto, 2012, p. 267). Manacorda (2007, p. 89) define omnilateral como a "totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho".

condição a ser construída através da superação do capitalismo (Kuenzer, 2005, p. 90).

Desse modo, a autora anuncia a distância existente da autonomia intelectual e ética que está presente, contraditoriamente, nas políticas públicas educacionais, apontando para a necessidade de superação do pensamento degradante da lógica capitalista, em que o homem multifuncional, polivalente e capaz de desempenhar múltiplas tarefas é mecanismo de instrumentalização dessa lógica. A polivalência, portanto, "não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo tratando-se de equipamentos complexos" (Machado, 1991, p. 53).

Infelizmente, a perspectiva das políticas públicas da educação brasileira remonta constantemente à garantia das forças de trabalho para o mercado. O contexto histórico diverge; são conjunturas políticas, sociais e econômicas diferentes. A forma como é anunciada traz nuances diferentes, mas a realidade encrustada se repete.

Os Institutos Federais e o Desenvolvimento Territorial

A centralidade do território como unidade identitária e protagonista, como instrumento de desenvolvimento, é vista como uma ideia de respostas políticas aos problemas da contemporaneidade com os quais nos deparamos. Todavia, "ela resulta de uma procura com um longo passado, nos diferentes processos de organização da vida social dos seres humanos" (Cordeiro, Alcoforado & Ferreira, 2014, p. 7).

Associada a esta histórica interdependência instrumental, entre organização social e desenvolvimento, aparece, inevitavelmente, a necessidade de construir um sentido comum para as diferentes aprendizagens, individuais e coletivas, destinando-lhes espaços formais de transmissão geracional de cultura e saberes, quando se pretende apostar num futuro melhor, ou promover experiências de vida e educativas de transformação das práticas quotidianas, face a exigências de mudança mais imediata (Cordeiro, Alcoforado & Ferreira, 2014, p. 7).

Diante desse contexto, podemos apontar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional,

Científica e Tecnológica (RFEPCT), que estabeleceu a criação de novas instituições federais de educação tecnológica, com o objetivo de ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todo o território nacional. O Plano de Desenvolvimento da Educação, em 2008, menciona que "talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis" (Brasil, 2008, p. 31).

Pode-se notar que o planejamento das políticas públicas, numa abordagem de desenvolvimento territorial, busca potencializar o desenvolvimento global por meio dos territórios, num contexto de descentralização e participação das comunidades locais, absorvendo as dimensões "social, política e ambiental na perspectiva de desenvolvimento e a valorização das raízes históricas e geográficas presentes no território" (Silva, 2015, p. 62). Nisto reside nossa concepção de desenvolvimento territorial, na qual a descentralização e o protagonismo da comunidade local, tendo como perspectiva as dimensões social, política, econômica, ambiental, cultural e o espaço geográfico interagem sinergicamente.

Morais (2015) aponta que para ocorrer o desenvolvimento territorial numa concepção de processo contínuo deve-se considerar as potencialidades do território, sem deixar de considerar que a educação e a formação profissional da população são fatores intrínsecos para que ocorra esse desenvolvimento. O autor ainda afirma que "a relação entre Território, Desenvolvimento Territorial e Educação Profissional contribui para compreensão dos elementos políticos, sociais e espaciais que envolvem a busca pelo desenvolvimento territorial no Brasil" (Morais, 2015, p. 16).

Assim, o Estado em busca do desenvolvimento criou como política pública um novo arranjo educacional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), incluindo-se o IFSC, com missão e finalidades bem definidas, o que "evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade" (Brasil, 2008, p. 31).

Assim sendo, o IFSC, inserido no município de Urupema, localizado no interior do Estado de Santa Catarina, poderá contribuir para o seu desenvolvimento territorial, agregando a formação acadêmica à preparação para o trabalho, mas propondo "uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida" (Pacheco, 2010, p. 2).

Isto posto, o IFSC-Urupema, por meio de sua atuação educacional para o desenvolvimento territorial, pode ser o facilitador para a autonomia singular dos cidadãos daquele território, contemplando "a necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas" (Dowbor, 2007, p. 76).

Assim, apresentamos a pretensão do IFSC na realização de sua missão educativa:

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre (IFSC, 2015, p. 2.1).

Nesse contexto, percebemos a referência da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no que tange à construção dos saberes, à ênfase na importância da integração à formação profissional, com nexos de convergência entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Cabe destacar que a proximidade com a realidade do território, nos marcos do capitalismo, desafia a formulação de ações que possam contribuir com a formação educacional dos sujeitos que ali vivem, estimulan-

do sua autonomia e capacidade crítica e reflexiva para alcançarem uma hegemonia consolidada. Neste sentido, passamos a descrever as características de nosso campo empírico de pesquisa.

IFSC-Urupema

O Município de Urupema localiza-se na Região Serrana de Santa Catarina, limitando-se com São Joaquim, Paineira, Rio Rufino e Urubici. Possui cinco comunidades rurais: Cedro, Cedrinho, Bossoroca, Marmeleiro e Rio dos Touros, e uma área urbana – sede (Silva, 2018). A população do município é de 2.482 habitantes, sua superfície é de 350,37 km². Portanto, a densidade demográfica é de 7,09 hab/km², com 49% dos habitantes na área urbana e 51% na área rural (IBGE, 2010). Na dinâmica populacional, percebe-se uma evasão do meio rural com taxa de 0,17% ao ano, no período de 2000 a 2010, confirmando o fenômeno do êxodo rural (Santa Catarina, 2016).

Conforme Santa Catarina (2016), Urupema é um município essencialmente agrícola, sendo a Agropecuária o setor responsável pela maior geração de riqueza. Entretanto, apontam-se outras possibilidades econômicas na região em que Urupema se encontra, como é confirmado por Locks (2016, p. 37), "há outras potencialidades em desenvolvimento em alguns municípios como a produção de vinhos de altitude ou o turismo, mas ainda são incipientes, desconectadas de uma visão sistêmica, social, multissetorial e territorial planejada".

Em relação à Vulnerabilidade Social, o município de Urupema é considerado de grande vulnerabilidade relacionada à posição que seu Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)⁶ apresenta, sendo de 0,260. No ano de 2010, as pessoas em extrema pobreza, que vivem com renda per capita de até R\$ 70,00 por mês, totalizam um percentual de 2,7%. Sendo que, em 2015, 48,02% da população estava inscrita no Cadastro Único e 26,39% desta, recebendo Bolsa Família (Santa

⁶ O IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros. Essas dimensões correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais (IPEA, 2015).

Catarina, 2016).

Diante desse contexto, o município de Urupema, na perspectiva de desenvolver o seu território, perpassando o fator econômico, político e social pleiteou a implantação de uma instituição como o IFSC, que tem incutido em sua atuação o propósito do desenvolvimento territorial. Assim, é importante descrever como se deu o processo de implantação dessa Instituição em seu território.

A entrega deste Câmpus do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como já era chamado após a expansão da RFEPCT, ocorreu em dezembro do ano de 2010 e iniciou suas atividades em 2011. Acreditava-se ser de suma importância para a cidade e microrregião, pois, assim, investindo no ensino nas áreas de Alimentos, Fruticultura e possivelmente na área de Hospitalidade e Lazer, oportunizaria a qualificação técnica profissional para aprimorar conhecimentos por meio das novas tecnologias. Isso habilita à efetiva aplicação dos saberes, para a formação de um cidadão consciente do seu papel como sujeito importante no processo do seu crescimento pessoal, do crescimento da cidade e conseqüentemente do País como um todo. Crescimento este de qualidade de vida daquele que já está instalado e daqueles que passarão por ali, seja por visita turística, profissional ou de qualquer natureza (IFSC, 2008).

O Câmpus Urupema é um dos câmpus do IFSC e tem sua Reitoria sediada em Florianópolis, fazendo parte de uma totalidade de 22 câmpus do Instituto Federal, distribuídos em todas as regiões de Santa Catarina, que oferecem cursos de qualificação profissional, Formação Inicial e Continuada (FIC). Além de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, eles promovem ações de extensão e desenvolvem projetos de pesquisa. Têm como sede administrativa, a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina que, por sua vez, agrega-se à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFSC, 2015). Portanto, o fenômeno estudado se insere num contexto perpassado por complexidades, especificidades e identidades, uma vez que cada unidade tem

sua autonomia administrativa, incluindo a oferta de cursos.

Discussão e Resultados

Inicialmente, questionamos os entrevistados quanto às suas percepções em relação às contribuições do câmpus para o desenvolvimento do município, da região, pedindo que apontassem de que forma isso ocorreu, caso tivessem contribuído. S1 responde que não tem a mínima dúvida de que a contribuição do IFSC-Urupema é evidente, e acrescenta:

Ele veio pra nós aqui, primeiro que era um sonho, porque é um lugar pequeno, menos de três mil habitantes e nós conseguimos um câmpus desse tamanho. Então, pra nós, era um negócio que a gente não imaginava ser né. Então só isso aí já deu um aumento pro próprio comércio, além da vinda de professores e alunos, nós temos alunos de São Paulo, Rio de Janeiro, então, está trazendo gente pra cá (S1).

A fala de S1 permite interpretar que a vinda de pessoas contribuiu com o aumento do movimento do comércio, oportunizando o desenvolvimento dos já existentes e a abertura de novos negócios. E, interpretando juntamente com a fala de S2, que respondeu com muita determinação e entusiasmo, “eu acho que o IFSC aqui em Urupema, meu Deus, trouxe um desenvolvimento não só pra cidade, mas para todo o povo”, pode-se observar que as percepções de ambos demonstram uma grande mudança, tanto no município quanto nas pessoas que, de alguma forma, se envolveram ou foram envolvidas na atuação do IFSC em Urupema. Na fala de S3, também percebemos um destaque quando diz que o IFSC trouxe alunos de fora do município para fixar residência e que já estão plantando em áreas do município para futuro desenvolvimento de vinícolas. Destaca, ainda, que as possibilidades que o IFSC apresentou, por meio de cursos nas áreas agrícolas existentes, têm contribuído com a permanência do jovem urupemense no território.

Neste mesmo questionamento, quanto às contribuições do IFSC para o desenvolvimento territorial feito aos gestores do IFSC, tanto o gestor 1 como o gestor 2 responderam imediatamente

e sem hesitar que, com certeza, o IFSC tem contribuído. Ambos apontam, primeiramente, a capacitação dos urupemenses, dando destaque para a inclusão de jovens e adultos que estavam fora da escola e que, após a atuação do IFSC-Urupema, não só retornaram à escola, como continuaram o itinerário formativo.

eu vejo que a primeira contribuição é com a capacitação dos urupemenses né, que estavam fora da escola, então a educação de jovens e adultos é uma iniciativa que a gente começou em Urupema, em 2012 e sempre tivemos uma grande demanda. (...) a gente percebeu que essa formação profissional ajudou a manter os alunos na escola, ainda, nós sempre tivemos turmas de educação de jovens e adultos e com bons índices de conclusão (...) (G1).

É importante mencionar que essa oferta acontece em parceria com a Secretaria de Educação do município, a qual oferece a educação básica e o IFSC-Urupema a educação profissional, visto que o IFSC-Urupema não dispõe, em seu quadro de servidores, de professores para a Educação Básica. Referente à esta parceria, apresenta-se um trecho da entrevista com gestor municipal de Urupema, que procura evidenciar o êxito e o aumento de matrículas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) após essa parceria.

nós temos no momento, a parceria com o IFSC, o PROEJA, ensino fundamental e médio, que eles pagam alguns professores, nós pagamos outros, transportamos os alunos do IFSC gratuitamente, não cobramos nada de aluno nenhum, porque, até pra dar condições dos alunos do interior poderem participar, porque à noite, eles não têm como vir todo dia, impossível, então gente faz o transporte gratuito pra esses alunos do IFSC (...) (GM2).

A partir de suas respostas, percebemos que um dos objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presente na sua Lei de criação, que é ministrar educação profissional técnica para o público pertencente à Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo os entrevistados, está sendo atendido de forma eficiente. Está promovendo a inclusão e formação dos indivíduos, inclusive a elevação da escolaridade,

com permanência e êxito da população com 15 anos ou mais que não teve acesso ou interrompeu os estudos antes de concluir a Educação Básica.

Dando sequência à análise, segundo G1, ainda tratando das contribuições do IFSC-Urupema, os egressos relatam aos professores que os cursos ofertados foram incentivadores à busca de melhoria da renda, por meio do desenvolvimento de uma nova atividade ou mudança necessária para melhorar os resultados de uma atividade já desenvolvida.

O Gestor do IFSC 2 também mencionou exemplos, seguindo na mesma linha de resposta, e relatou que *"Tem um pessoal que trabalhou com mulheres, começou com Mulheres Sim e hoje tem um grupo de mulheres que trabalham fazendo artesanato, fazendo alimentos, que pega bem nessa questão social, então elas conseguiram melhorar"* (G2).

Tratando de compromisso social, além dos já apontados, é importante destacar o relato que GM2 fez sobre o grupo de mulheres que participaram do Projeto Mulheres Sim do IFSC. Hoje, por meio dessa iniciativa, após o término do projeto, a prefeitura adotou o apoio às mulheres desse grupo e as que quiserem se inserir e cedeu um quiosque na praça central do município para desenvolverem, seu empreendimento econômico solidário, atuando no ramo de alimentos: grupo é chamado Mulheres Mais. Então, GM2 enfatiza: *"É por isso que eu digo que contribui para o social, nós temos uma das Mulheres Mais, ela teve problema de câncer, e hoje ela está lá, inserida neste grupo, deu força pra ela e é das que mais participa. Então, além de tudo o IFSC contribui muito no lado social"*.

O Mulheres Sim é um programa de extensão do IFSC, composto por quatro projetos: Educação e Gênero ou Geração de Renda, Feira de Economia Solidária, Ciclo de Oficinas e Acompanhamento das egressas. Esse programa atende mulheres que possuem mais de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social e com baixa ou sem escolaridade, possibilitando, por meio da educação, a melhoria de vida, buscando, assim, a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e

geração de renda, abrindo novos caminhos para promover o empoderamento destas mulheres que, como "prática pedagógica, pode ser concebido como um movimento que tem o propósito de desenvolver a consciência do ser humano de modo a promover sua liberdade e o poder de participação na sociedade" (Casagrande et al., 2018, p. 32).

Neste contexto, percebe-se que o programa contribuiu na formação humana e profissional dessas mulheres, oportunizando novas vivências, conhecimentos e despertando atenção aos seus direitos como mulheres, mães e trabalhadoras e criando condições favoráveis à geração de trabalho e renda e ao exercício da cidadania. O Mulheres Sim surgiu a partir do programa nacional Mulheres Mil. Em 2013, quando o programa foi incorporado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a equipe de extensão do IFSC identificou que muitas mulheres não seriam mais atendidas, uma vez que o Pronatec exigia escolaridade mínima nos cursos.

Assim, para dar continuidade à proposta, em 2014 o IFSC criou um projeto piloto do programa Mulheres Sim, o qual incentiva a economia solidária. Durante esses seis anos, no câmpus Urupema, foi executado apenas nos anos de 2016 e 2019, o que torna necessário problematizar se o olhar do IFSC-Urupema não está engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, já que na entrevista tratou-se da evidência de empreendedorismo.

Também é perceptível nas respostas dos entrevistados um grande desafio, que é a conscientização do jovem urupemense, possibilitando a este vislumbrar um futuro em seu território vivido, uma perspectiva de permanência na atividade agropecuária e/ou sucessão rural. Isso inclui a apresentação de inovações tecnológicas que abrirão oportunidades para jovens ávidos em agregar novas técnicas às atividades. Pois, segundo Gl2, "*O pessoal já não quer mais ficar no campo, os filhos de agricultores, eles veem a dificuldade dos pais, e saem*".

GM1 afirma que o acesso da comunidade ao conhecimento e à profissionalização com certeza multiplicou e aponta que isso pode ser notado

principalmente nos jovens produtores. "*A gente tem um município que, no mínimo, acima de 50% da população está na área rural e na agricultura familiar, e esse jovem está se qualificando e se profissionalizando na área de atuação*". E continuou relatando que: "*depois do Instituto teve mais a questão do jovem permanecer no campo*".

O jovem rural precisa perceber a importância de fortalecer as atividades agrárias e pensar que, com sua saída em busca de outras atividades, está deixando de aproveitar a oportunidade do acesso e domínio de novos conhecimentos e tecnologias para desenvolver projetos inovadores nestas atividades. É importante salientar que, tratando-se do desenvolvimento do território de Urupema, a agricultura é o eixo estratégico para a consolidação desse desenvolvimento. Segundo Abramovay (2000, p. 392):

Um dos pressupostos básicos que a literatura sobre inovação e territórios coloca em destaque é a dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais. É claro que se o meio rural representar aos olhos dos que o habitam – sobretudo os mais jovens – estagnação, conservadorismo e atraso, as chances de iniciativas inovadoras serão mínimas. É por isso que não se trata apenas de melhorar a escola rural ou de ampliar a realização de cursos profissionais, mas de modificar o conjunto do ambiente que se refere à aquisição e ao uso do conhecimento no meio rural. Se a formação for estritamente profissional e não estiver associada à permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne uma exportadora de mão de obra com formação um pouco melhor que a média.

O autor menciona a importância da formação profissional, mas muito bem coloca que não basta formação sem que haja oportunidade, tecnologias e desenvolvimento a favor do seu ambiente, do seu meio. Essa afirmação vai ao encontro dos achados da pesquisa documental, que apontou que o IFSC-Urupema está propondo e articulando para além da atuação focada nos cursos de acordo com o Arranjo Produtivo Local (APL) (ensino), também desenvolvendo trabalhos na pesquisa e na extensão. A pesquisa corresponde ao desenvolvimento de soluções e inovações para o meio, enquanto a extensão

proporciona a interação e troca de experiências com outros empreendimentos afins.

Diante desse contexto, está descrito num dos itens do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC que, visando ao fortalecimento da educação, deverá ocorrer "o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua" (IFSC, 2015, p. 2.29).

Nesta linha de pensamento, trazemos a afirmação do GM1 quanto à realização de eventos, seminários, trazendo outras visões e experiências para o local, incentivando e criando boas expectativas para agregação de valores à produção local. Então, GM1 citou seminários e eventos que o IFSC-Urupema tem realizado e, também, parcerias com o poder público para facilitar a vinda de eventos, *"como o evento que eles fizeram de degustação e apresentação dos vinhos, cada vinícola apresentou seu vinho relatou questão de variedades utilizadas, processo de fabricação e qual foi resultado final do vinho"*.

Este relato permite que identificar uma forte contribuição por meio da atuação educacional do IFSC-Urupema, buscando o desenvolvimento deste território, visto que, para fortalecer seu APL, é importante buscar novos processos que já contribuíram para consolidação em outros territórios, além de ser uma forma de articulação de parcerias interterritoriais. Assim, é possível perceber a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é expressa na Lei de criação dos Institutos Federais e destacada no PDI do IFSC.

Finalizando, tratando das contribuições apontadas pelos gestores e que, da mesma forma, traduzem a indissociabilidade em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento, GM2 afirmou que *"depois da implantação do IFSC, eles contribuem muito na área de pesquisa e extensão né, a gente tem uma parceria muito boa, IFSC e prefeitura, eles participam das nossas atividades, nós participamos da deles, trabalhamos em conjunto"*. Essa afirmação também fez parte da entrevista com GM1, que vai além dizendo que

o IFSC-Urupema, *"além de tudo, tem a questão de pesquisa que também sempre o instituto foi parceiro, contribui para o desenvolvimento da nossa economia municipal e do nosso agricultor"*.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento, gerando uma transformação mútua. "o efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social" (IFSC, 2015, p. 2.29).

Concluindo a discussão e os resultados das entrevistas realizadas, foi possível observar que, na percepção dos entrevistados, a atuação balizada no tripé ensino, pesquisa e extensão, descrita na visão do IFSC de "Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão", está sendo buscada e que sua missão institucional está direcionando as suas ações, permitindo contribuir para o desenvolvimento territorial de Urupema.

Considerações finais

O planejamento das políticas públicas, numa abordagem de desenvolvimento territorial, busca potencializar o desenvolvimento global por meio dos territórios, num contexto de descentralização e participação das comunidades locais. Nesta concepção, os Institutos Federais estão inseridos em diversos territórios brasileiros, buscando incluir e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico do seu território local e, por extensão, o desenvolvimento do país.

É neste sentido que o presente estudo se propôs a analisar as contribuições do IFSC-Urupema para o desenvolvimento territorial do município em que está inserido, com o grande desafio de garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e

manifestações culturais locais. A temática dessa investigação possibilitou a aproximação de conceitos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento territorial, relacionado ao cenário da educação profissional. Investigar e refletir sobre o modelo de desenvolvimento vigente, demandou compreender as relações contraditórias que originam a desigualdade, refletindo na dominação, apropriação e exclusão que o modo de produção capitalista impõe à classe trabalhadora e que, de certo modo, encontram-se velados no contexto pesquisado.

Nessa perspectiva, questionar e buscar respostas quanto à contribuição da atuação educacional de uma Instituição Federal de Educação Profissional para o desenvolvimento territorial de um município essencialmente rural/agrícola, localizado no interior do estado, num contexto social marcado por diferenças históricas, econômicas e culturais foi um processo desafiador. Assim, percebemos que a função social da educação profissional, diante das complexidades existentes na sociedade, exige um debate frente aos dilemas que estão e estiveram historicamente presentes, a fim de atuar buscando a consolidação de uma formação ética, de um desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos cidadãos do território em que está inserida.

A pesquisa revelou discursos e práticas contraditórias no que tange à concepção de educação transformadora e emancipadora, à valorização dos arranjos produtivos locais e ao papel do IFSC-Urupema, contribuindo para o desenvolvimento territorial. Outrossim, afirmou a relevância da sua atuação educacional expressa no ensino, em atividades de pesquisa e extensão, além do acolhimento, inclusão e cooperação vivenciados pela população local. Nesta visão, a realidade encontra-se em movimento constante, no qual as partes se conectam com o todo, constituindo uma totalidade em que a contradição se constitui como dinâmica das transformações. Neste contexto, torna-se fundamental avançar para além das aparências do fenômeno onde se encontra sua essência.

Nesta perspectiva, o estudo propõe que, na

percepção dos gestores do IFSC-Urupema, dos gestores municipais e dos representantes da sociedade civil organizada, o IFSC-Urupema, por seus valores e finalidades designadas e às suas ações serem concernentes à identidade socioeconômica local, está contribuindo para o desenvolvimento daquele território. Entretanto, fazendo um movimento dialético, nos propondo a compreender a "coisa em si", é possível perceber o caráter pragmático de execução dessa política educacional que traz, velada, as suas ações, uma educação fragilizada em relação ao verdadeiro desenvolvimento territorial, aquele que não se atém a ser utilitário de um sistema econômico e é pensado como um corolário indispensável no fomento e na consolidação de uma educação para além do capital.

Referências

- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, 4(2), 379-397. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7679169/mod_resource/content/1/14_2_Texto_Base_Capital_social_Territorial.pdf
- IPEA. (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4381>
- Brasil. (2019). *Livro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) 2008*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>
- Casagrande, J. L. et al. (2018). Empoderamento no Programa "Mulheres Sim" do IFSC. *RPCA*, 12(3), 30-50. <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/12606>
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L., & Ferreira, A. G. (2014). Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. In: *Livro de Resumos do I Congresso Internacional*. FLUC.
- Dowbor, L. (2007). Educação e apropriação da realidade local. *Estudos Avançados*, 21(60), 75-90. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200006&lang=pt
- Frigotto, G., Ciavatta, M., & Ramos, M (2009). In UNESCO, *International Handbook of Education for Changing World of Work*. UNIVOC. http://redeescoladegoverno.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%c3%a7%c3%a3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf
- Gomes, V. C. (2012). O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise. In E. Bertoldo, L. A. Moreira, & Jimenez, S. (Org.), *Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução*. Instituto Lukács.

Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. Annablume.

IBGE. (2010). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urupema/panorama>

Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.

Instituto Federal de Santa Catarina. (2008). *Documentos Urupema*, 1, CD-ROM.

Instituto Federal de Santa Catarina. (2015). *Plano de desenvolvimento institucional 2015-2019*. http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_IFSC_revisado_2017.pdf

Jantsch, A. P., & Azevedo, L. A. (2011). Por uma educação profissional de tecnólogos a partir dos conceitos de omnilateralidade e politecnia. *Revista HISTEDBR Online*, 44(11), 18-31. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639975/7535>

Kuenzer, A. Z. (2005). *Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*. http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf

Locks, G. A. (2016). Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In C. K. Yamaguchi, N. C., Turra, & Strasser, A. T. B. (Org.), *Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense*. UNIPLAC.

Macedo, P. C. S. (2014). *Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/12207/3/2014%20-%20Pedro%20Cleil%20Sanches%20Macedo.pdf>

Machado, L. R. S. (1991). Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In C. Ferreti (Org.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Vozes.

Manacorda, M. A. L. (2007). *Marx e a pedagogia moderna*. Alinea.

Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital* (2ª ed.). Boitempo.

Morais, M. A. C. (2015). *A importância da educação profissional na modalidade de educação a distância para o desenvolvimento territorial*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/03322071-6bbd-432b-84dd-0fbac266acad/content>

Pacheco, E. (2010). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf

Pimenta, C. (2007). Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? In *e-Working Papers CEAUP*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

Santa Catarina. (2016). *Programa de desenvolvimento e redução das desigualdades regionais: crescendo juntos*. <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/787--106/file>

Silva, A. M. (2018). *Educação e turismo de base comunitária para o desenvolvimento territorial sustentável em Urupema, SC*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Planalto Catarinense. https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/cf75fc25858ea537e088fee7cd5266ed.pdf

Silva, J. G. (2017). *A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185403/PGCN0643-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

Silva, L. F. (2015). *Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento do território: uma análise da política de educação profissional e as suas contribuições para o município de barreiros*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16250/1/Dissertacao%20Laura%20Fabiana%20da%20Silva.pdf>

Souza, M. J. L. (2012). O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In I. E. Castro, P. C. C. E. Gomes, & R. L. Corrêa. *Geografia: Conceitos e Temas* (15ª ed.). Bertrand Brasil.

Vieira, E. T., & Santos, M. J. (2012). Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 8(2), 344-369. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679/296>

Thais Esteves Ramos Fontana

Mestra em Educação. Licenciada em Pedagogia. Especialista em Administração de Pessoas. Especialista em Docência no Ensino Superior. Especialista em Gestão Pública. Especialista em Supervisão e Orientação Educacional. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER).

Josilaine Antunes Pereira

Doutora em Educação. Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra, Coimbra/Portugal. Mestra em Educação. Graduada em Pedagogia. Especialista em Prática Escolar Numa Visão Psicopedagógica. Especialista em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa. Docente na educação básica e no ensino superior. Líder do grupo de pesquisa em Educação e Desenvolvimento Territorial: políticas e práticas (GEDETER). Integra a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIPLAC).

Endereço para correspondência

THAIS ESTEVES RAMOS FONTANA

Av. Barão do Rio Branco, 120, apto 5
Centro, 88130-100
Palhoça, SC, Brasil

JOSILAINE ANTUNES PEREIRA

Rua Pará, 603
São Cristóvão, 88509-125
Lages, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.